

Editorial

Novo governo, novas perspectivas na Educação brasileira

O primeiro ano de uma nova década começa promissor para o Brasil. Um novo governo assume a presidência da República e, desta feita, pela primeira vez, uma mulher comanda os destinos do país. Contrariando a tradição conservadora da política partidária brasileira, com viés extremamente machista, Dilma Rousseff assume o poder, empunhando lutas históricas não só dos movimentos feministas, mas dos movimentos sociais de maneira geral. Em seu discurso de posse a presidente afirmou:

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão [...] tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber, neste momento, uma centelha de sua imensa energia [...] Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que - no dia de hoje- todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. [...] Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!

O momento em que uma mulher assume a liderança do país, quebrando paradigmas, questionando velhos dogmas, rompendo *fronteiras* e enfrentando o desafio de se fazer respeitar como mulher, torna-se um momento ímpar e dos mais oportunos para que a Série-Estudos publique seu quarto dossiê reunindo artigos oriundos de seu tradicional *Seminário Internacional Fronteiras Étnico-culturais e Fronteiras da Exclusão*.

O primeiro dossiê, dessa série de quatro, foi publicado em 2003, quando o Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB definia a proposta de implantação da Linha de Pesquisa “Diversidade Cultural e Educação Indígena”. Em 2006, foi publicado o segundo dossiê, intitulado “Fronteiras Étnico-culturais e Fronteiras da Exclusão”, que reuniu os textos do Seminário de mesmo título, organizado pela Linha de Pesquisa que, naquele ano, acumulava uma consistente produção científica na área dos estudos culturais. Em 2009 ocorreu a publicação do terceiro dossiê, denominado “Educação e Interculturalidade: mediações conceituais e empíricas”, e, em 2011 a Série-Estudos torna público o quarto dossiê, intitulado “Fronteiras”.

Os organizadores deste quarto dossiê, Adir Casaro Nascimento e José Licínio Backes (2011, p. 31), assim terminam a sua apresentação: “Com a organização deste dossiê, esperamos contribuir para a desconstrução dos saberes/poderes coloniais, questionar a epistemologia moderna/cartesiana/positivista/etnocêntrica, bem como manter

a disposição para continuar nosso exercício cotidiano de aprender a ouvir as vozes dos que vivem nas fronteiras étnico-culturais e da exclusão [...]”.

Completando a publicação do dossiê, são apresentados oito artigos, recebidos por meio de demanda contínua que, direta ou indiretamente, oferecem continuidade às reflexões dos textos reunidos em *Fronteiras*.

O primeiro texto, de André Luiz Sena Mariano, intitula-se “Concepções Multiculturais na Pesquisa sobre Formação de Professores” e discute “a forma pela qual o multiculturalismo tem sido focalizado na pesquisa sobre formação de professores. Partindo do reconhecimento do multiculturalismo como campo polissêmico, procurou-se investigar se esta polissemia também pode ser encontrada na pesquisa sobre a formação docente”.

No artigo “Leitura e Alfabetização”, Dilza Coco e Cláudia Maria Mendes Gontijo utilizam o estudo de caso do tipo etnográfico, para analisar as “práticas de leitura vivenciadas por crianças de uma classe de alfabetização”, por meio de dados coletados obtidos na observação participante realizada em uma escola de ensino fundamental, no Espírito Santo.

Por sua vez, Jane Soares de Almeida, no artigo “As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade”, analisa as “relações de poder entre homens e mulheres que permeiam as relações sociais e revelam sua face inclusive na educação escolar. Essas relações, denominadas relações de gênero, de acordo com a crítica teórica feminista que emergiu nos anos 1980/90, são pautadas por um estrito senso de territorialidade, que coloca ambos os sexos em patamares desiguais na hierarquia social, o que leva ao exercício de poder do sexo masculino sobre o sexo feminino”.

Em “Narrativas da violência: ecosofia à margem no cotidiano escolar”, Ivan Fortunato e Marta Catunda, apresentam uma reflexão, com apoio da ecosofia de Guattari, sobre a relação entre educação e sociedade, com mais ênfase para a violência que envolve o cotidiano escolar.

No quinto artigo de demanda, Márcio Coelho e Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi, estudam a “Pós-graduação no regime militar: zona franca de produção do conhecimento” e investigam as “gêneses da implantação da Zona Franca de Manaus e da pós-graduação em Educação, situando-as no contexto do regime militar”. Afirmam que a pós-graduação em educação transcendeu os objetivos propostos pelo regime militar, e, além de “promover a pesquisa e formar professores para o ensino superior”, transformou-se em espaço para produção do pensamento autônomo, capaz de fazer a crítica do regime de governo que a criou, justificando assim a metáfora de “Zona Franca de Produção do Conhecimento”.

Com estudo centrado na “Tecnologia educacional e suas implicações no contexto de ensino e de aprendizagem”, Maria Cristina Lima Paniago Lopes apresenta vários elementos presentes nessa relação e reflete sobre a “apropriação do computador sob a perspectiva de inclusão digital e com possibilidades de novas posturas educacionais

que contemplem um processo de ensino-aprendizagem aberto às diferenças individuais e coletivas”.

No artigo “Colégios e regras de estudo no sistema jesuítico de educação”, Marisa Bittar utiliza como fonte de pesquisa o “*Ratio Studiorum*, plano de estudos da Companhia de Jesus [...] adotado em todos os colégios jesuíticos, estabelecendo regras a serem seguidas por alunos e professores”. A autora analisa a “especificidade dos colégios jesuíticos no contexto da sociedade européia em transição para a Modernidade e, ao mesmo tempo, caracterizar a pedagogia jesuítica”.

Finalmente, Ruth Pavan, no texto “A contribuição de Paulo Freire para a educação popular: uma análise do GT de Educação Popular da ANPEd”, analisa os trabalhos apresentados no referido GT nas Reuniões Anuais da ANPEd e conclui que, apesar de Paulo Freire “[...] ser citado na maioria dos trabalhos listados para a apresentação, sua presença no GT é menor do que o [seu] potencial, uma vez que os interesses e as causas defendidas por Freire estão umbilicalmente ligados aos interesses e causas da educação popular”.

Como se poderá observar, os oito textos publicados como demanda contínua, complementam os artigos reunidos no Dossiê *Fronteiras*, indicando que o início de um novo espaço/tempo não está ocorrendo apenas na condução do país, tendo à frente a primeira mulher a assumir a presidência do país, mas esse processo de desconstrução e de reconstrução de novos olhares sobre diferentes realidades está presente também na educação brasileira.

Esperando que as fronteiras que um dia excluíram as mulheres da possibilidade de exercer os altos cargos da política brasileira e excluíram diversos segmentos da população de um direito básico e inalienável, a educação, possam ser apenas marcas de nosso passado histórico, o Conselho Editorial entrega ao público mais essa contribuição que, certamente, enriquecerá a produção científica da área da educação no Brasil.

Mariluce Bittar
Editora da *Série-Estudos*